

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2025  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA CURATIVOS (COBERTURAS ESPECIAIS), VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO.

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 1.195.508,00 (UM MILHÃO, CENTO E NOVENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E OITO REAIS).

**IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:** até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço [licitacapmi.itatiaia@gmail.com](mailto:licitacapmi.itatiaia@gmail.com).

**DATA DA SESSÃO:** 25 / 06 / 2025 às 14h:00min

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://bnc.org.br>

**DISPUTA DE LANCES:** ABERTO

**VISITA TÉCNICA:** NÃO SE APLICA

**EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL:** NÃO

**EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS / PROSPECTO / CATÁLOGO TÉCNICO:** SIM, conforme item 11.5 do ANEXO I – Termo de referência e do Apêndice do Anexo I – Amostras

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Processo Administrativo n.º 3.783/2025

## EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 035/2025

### (REGISTRO DE PREÇOS)

A Diretoria de Licitações/PMI, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, torna pública, aos interessados, a realização da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 035/2025, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, COM LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E LOTES DE AMPLA PARTICIPAÇÃO** que será realizada às **14:00 (quatorze horas)** do dia **25 de junho de 2025**, através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), conforme objeto discriminado no **ANEXO I** deste Edital, cuja licitação será regida pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, pela Lei Complementar n.º 123/2006, pelos Decretos Municipais n.º 4.463/2024 e 4.470/2023 e pelas disposições contidas neste Edital e seus anexos.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1. A Licitação será realizada em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases;
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, conforme Portaria n.º **1.561/2025**;
- 1.3. A proponente deverá observar as datas e horários previstos para a abertura de propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa de preços, conforme disposto na folha de rosto deste Edital;
- 1.4. As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todas as licitantes, e serão divulgadas através do mesmo site mencionado acima, sendo assim comunicadas a todas as interessadas.
- 1.5. A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para as compras de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso X, c/c XIII, ambos da Lei n.º 14.133/2021, e do sistema de registro de preço.
- 1.6. O Edital poderá ser retirado no endereço eletrônico mencionado no preâmbulo deste instrumento convocatório, ou através do site oficial da Prefeitura Municipal de Itatiaia, no endereço: [www.itatiaia.rj.gov.br](http://www.itatiaia.rj.gov.br);

#### 2. DO OBJETO:

- 2.1. A presente Licitação tem por objetivo a obtenção da proposta mais vantajosa para **registro de preços para aquisição de insumos para curativos (coberturas especiais), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme discriminado no Termo de Referência constante do **ANEXO I** do presente Edital.
- 2.2. As quantidades constantes no **ANEXO I**, referem-se ao quantitativo máximo que poderá ser adquirido pelo Município, sendo que as solicitações se darão conforme a necessidade da Secretaria ordenadora, e poderão ser adquiridas em quantidade inferior à licitada;

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO E REGISTRO CADASTRAL:

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**3.1.** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico;

**3.2.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) ;

**3.3.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

**3.3.1.** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**3.3.2.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

**3.3.3.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

**3.3.4.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

**3.3.5.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**3.4. Poderão participar da presente licitação todos os interessados do ramo pertinente, que comprovarem eficazmente os requisitos deste Edital.**

**3.4.1.** O registro prévio cadastral aos interessados poderá se realizar através do sistema de registro cadastral unificado, seja o disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como do próprio Poder Executivo de Itatiaia/RJ, art. 87 da Lei nº 14.133/2021.

**3.5.** A participante que pretender utilizar os benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, a ME, EPP, MEI ou Cooperativa, que se enquadre na receita de ME ou EPP, deverá apresentar declaração de ser elegível aos benefícios do tratamento aludido, nos termos do Decreto 8.538/2015.

**3.6.** Em caso de necessidade de desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, quando houver faturamento superior na respectiva legislação supracitada, compete aos licitantes interessados solicitá-lo. Caso o licitante não adote as providências necessárias para o desenquadramento e usufrua (ou tente usufruir) indevidamente dos benefícios extensíveis a esse enquadramento, poderá ser declarado inidôneo (art. 13, § 1º, do Decreto 8.538/2015).

**3.7.** A microempresa e a empresa de pequeno porte e a cooperativa que atender ao item 3.5, mas possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débito Junto ao INSS – CND) e de regularidade trabalhista (Certidão de Regularidade Junto ao FGTS), terá sua habilitação condicionada à

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, no prazo de **cinco dias úteis**, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

**3.8.** O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**3.9.** O prazo de que trata o item 3.7 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**3.10.** A não regularização da documentação, nos prazos fixados nos itens 3.7 e 3.9, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata e/ou contrato, ou revogar a licitação.

**3.11.** Não poderão participar da presente licitação as empresas que possuírem as seguintes restrições, a serem conferidas pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio:

**3.11.1.** Declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;

**3.11.2.** Com falência decretada;

**3.11.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.11.4.** Suspensa pela Prefeitura de Itatiaia;

**3.11.5.** Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem assim dentre eventuais subcontratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Itatiaia/RJ;

**3.11.6.** De servidores ou dirigentes e da entidade contratante ou responsável.

**3.11.7.** que possuam em seu quadro societário ou participe dos seus quadros funcionais, profissional que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS**

**4.1. AS PROPOSTAS E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER ENVIADOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA, ATÉ A DATA E HORÁRIO ESTABELECIDOS NO PREÂMBULO DESTE EDITAL, OBSERVANDO OS ITENS 5 E 6 DESTE EDITAL, E PODERÃO SER RETIRADOS OU SUBSTITUÍDOS ATÉ A ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.**

**4.2.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**4.2.1.** O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

**4.2.2.** O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 02 e 03, deste edital.

**4.3.** No preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão de obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificado neste Edital, e relativo aos trabalhos objeto desta licitação.

**4.4.** O preço proposto será considerado completo e suficiente para o fornecimento dos produtos objeto desta licitação, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

**4.5.** Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão ser encaminhados no prazo máximo de **02 (duas) horas**.

**4.6.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua emissão.

**4.7. O LICITANTE PROVISORIAMENTE VENCEDOR DEVERÁ APRESENTAR PROSPECTO / CATÁLOGO TÉCNICO DOS PRODUTOS OFERTADOS, CONTENDO DIMENSÕES, MATERIAIS, ACABAMENTOS E DEMAIS CARACTERÍSTICA ADICIONAIS;**

**5. DA HABILITAÇÃO:**

**5.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

**5.1.1.** Habilitação Jurídica;

**5.1.2.** Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

**5.1.3.** Qualificação técnica e qualificação operacional;

**5.1.4.** Qualificação Econômico-financeira;

**5.1.5.** Atendimento das disposições do Art. 7º, inciso XXXIII da CF;

**5.1.6.** Declaração de desimpedimento de participar em licitações.

**5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**5.2.1.** Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem, no caso de empresa individual;

**5.2.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, em vigor, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ou estado de origem da licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**5.2.3.** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**5.2.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**5.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**5.3.1.** Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**5.3.2.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**5.3.3.** Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**5.3.4.** Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CND/INSS– CRF/FGTS);

**5.3.5.** Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

**5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**5.4.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**5.4.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 02 (dois) últimos** exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do número do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação dos mesmos. Limitar-se-ão ao último exercício os documentos exigidos neste subitem no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**5.4.3.** A comprovação da boa situação financeira será apurada mediante a obtenção de Índice de Liquidez Geral maior ou igual a (01) um, cuja apuração se dará através da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}} \geq 1$$

**5.4.3.1.** As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**5.4.3.2.** Caso for permitido a participação de Microempreendedor individual, e o mesmo pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da apresentação dos balanços patrimoniais.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**5.4.3.3.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**5.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES PARA A HABILITAÇÃO:**

**5.5.1.** Declaração Consolidada (ANEXO IV);

**5.5.2.** Modelo de Proposta Comercial (ANEXO II);

**5.5.3.** Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital (ANEXO V);

**5.6. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

**5.6.1.** As empresas deverão apresentar o Comprovante de consulta aos seguintes cadastros:

**5.6.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>; e

**5.6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes> ).

**5.6.1.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**5.7.** Será processada a abertura dos documentos de habilitação no sistema apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

**5.8.** Serão analisados os documentos relativos à habilitação, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

**5.9.** Após a abertura da sessão, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos de habilitação, salvo em sede de diligência, para:

**5.9.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**5.9.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**5.10.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro e/ou equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**5.11.** Nos casos em que se já houver encerrada a fase de habilitação, quando o edital prever expressa e justificadamente a inversão das fases e esta anteceder ao julgamento, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**6. DA PROPOSTA:**

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

- 6.1.** O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a **90 (noventa) dias** da abertura do certame licitatório vertente.
- 6.2.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Modelo de Proposta Comercial
- 6.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.7.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos e tribunais de contas competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

- 7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**7.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote. Na contratação, para o cálculo do valor unitário dos materiais, será dividido o valor do lance pela quantidade total de unidade licitada no lote. No caso em que esta divisão resultar em valor unitário com centavos, serão consideradas **SOMENTE as 02 (duas) casas decimais**, desprezando-se as demais.

**7.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

**7.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**, podendo ser alterada durante a disputa a critério do pregoeiro.

**7.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**7.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**7.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

**7.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.13.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.13.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo;

**7.13.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**7.13.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.13.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**7.14.1.** Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item 7.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**7.14.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**7.14.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**7.14.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**7.14.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**7.14.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

**7.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

**7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

10

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

decorridas **24h (vinte e quatro horas)** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.21.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.21.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.21.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.21.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.22.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.22.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.22.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**7.22.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**7.22.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.22.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**7.22.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.22.2.2.** empresas brasileiras;

**7.22.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.22.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.23.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.23.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.23.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.23.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **02h (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada (**PROPOSTA REALINHADA**), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**7.23.4.1. O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR, JUNTAMENTE À PROPOSTA, O PROSPECTO / CATÁLOGO TÉCNICO DOS PRODUTOS OFERTADOS, CONTENDO DIMENSÕES, MATERIAIS, ACABAMENTOS E DEMAIS CARACTERÍSTICA ADICIONAIS;**

**7.23.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.23.6.** Encerrada a etapa de lances, a licitante vencedora deverá readequar seus valores unitários junto ao sistema BNC.

**7.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

**8. DA FASE DE JULGAMENTO:**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação;

**8.1.1.** O pregoeiro poderá consultar o SICAF, se necessário, para fins de diligências.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**8.2.** Caso conste a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro e/ou Equipe diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput);

**8.2.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**8.2.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**8.2.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.3.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**8.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.6.1.** contiver vícios insanáveis;

**8.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**8.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**9.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral do município de Itatiaia/RJ, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021;

**9.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

**9.4.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**9.5.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.6.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

**9.7.** A habilitação será verificada por meio do Registro Cadastral de Fornecedores do próprio Poder Executivo de Itatiaia/RJ ou toda a documentação de habilitação exigida no item 5 deste edital.

**9.7.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**9.8.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**9.8.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**9.9.** A verificação pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.9.1.** Os documentos complementares correlatos aos exigidos para habilitação, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro e/ou equipe de apoio.

**9.9.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**9.10.** A verificação no Registro Cadastral de Fornecedores do próprio Poder Executivo de Itatiaia/RJ ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**9.10.1.** No caso da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**9.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**9.11.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**9.11.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**9.12.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro e/ou equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro e/ou equipe de apoio examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

**9.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9.15.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**10.2.** O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**10.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de **10 (dez) minutos** a ser concedido pelo Pregoeiro, após o respectivo término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor no caso de inexistência de manifestação;

**10.3.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do art. 165, §2º, da Lei N.º 14.133/2021.

**10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do art. 168, caput, da Lei N.º 14.333/2021.

**10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.**

**11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimentos, devendo protocolar de forma eletrônica o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, nos termos do art. 164, caput, da Lei N.º 14.133/2021.

**11.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**11.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente por meio do seguinte endereço eletrônico: [licitacapmi.itatiaia@gmail.com](mailto:licitacapmi.itatiaia@gmail.com);

**11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**11.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**11.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DO ENCERRAMENTO RECURSAL**

**12.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

**12.1.1.** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**12.1.2.** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**12.1.3.** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**12.1.4.** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

**12.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**12.3.** O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

**12.4.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, no prazo de **03 (três) dias úteis**.

## **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**13.1.** A ata de registro de preços para fornecimento dos materiais, objeto desta licitação, terá validade de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso ao Município, nos termos do art. 84, da Lei N.º 14.133/2021. Caso a ata de registro de preços ultrapasse o exercício, deverá a administração atualizar, por meio de apostila e de forma unilateral, as disposições que assim se permitirem, inclusive a própria rubrica orçamentária da lei em vigor.

**13.2.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **03 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**13.3.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**13.3.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada.

**13.3.2.** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**13.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens do lote constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) lote(s) e item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**13.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**13.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**13.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**13.8.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**13.8.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**13.8.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**13.8.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**13.9.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**13.9.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**13.10.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**13.11.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**13.12.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

**13.13.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**13.14.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**13.15.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 13.14.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**13.16.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 13.14, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.17.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA**

**14.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**14.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**14.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**14.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**14.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**14.3.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**14.4.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**14.4.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**14.4.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**14.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**14.5.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**14.5.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**15. DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E/OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**15.1.** A execução da ata de registro de preços e dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos arts. 115 a 123 da Lei 14.133/2021, bem como pelos regulamentos próprios municipais editados e vigentes, parte integrante deste edital e demais atos subsequentes.

**15.2.** A ata de registro de preços a ser firmada entre a Prefeitura Municipal e a licitante vencedora, obedecerá à minuta sob **ANEXO VI**, dentro do prazo convocatório estabelecido neste edital.

**15.3.** Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

**15.4.** A desistência do órgão ou entidade promotora da licitação de contratar com a licitante mais bem classificada não lhe confere o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

**15.5.** Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, bem como atendidas as demais exigências dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/01, a Administração Municipal poderá aditar o contrato, mantidas as condições da proposta inicial.

**15.6.** A Administração Municipal não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da Contratada, quando da execução do serviço de que trata este edital.

**15.7.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**15.8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.8.1.** Na execução do objeto da presente licitação, será vedada a subcontratação do serviço.

**15.9. DO REGISTRO POR APOSTILA**

**15.9.1.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, unilateralmente pela Administração, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

**15.9.1.1.** Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

**15.9.1.2.** Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

**15.9.1.3.** Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

**15.9.1.4.** Empenho de dotações orçamentárias.

**15.10. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS**

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**15.10.1.** Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**15.10.1.1.** Unilateralmente pela Administração:

**15.10.1.1.1.** Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, desde que não transfigure o objeto da contratação;

**15.10.1.1.2.** Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que este não se transfigure.

**15.10.1.1.3.** O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços. No caso de reforma de edifício ou equipamento, o limite para acréscimos será de até 50% (cinquenta por cento).

**15.10.1.2.** Por acordo entre as partes:

**15.10.1.2.1.** Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

**15.10.1.2.2.** Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

**15.10.1.2.3.** Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

**15.10.1.2.4.** Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**15.10.2.** A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de **01 (um) mês**.

**15.10.3.** Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

**15.10.4.** Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato em termo aditivo, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Processo Administrativo n.º 3.783/2025

## **15.11. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS**

**15.11.1.** Os contratos administrativos deverão possuir dois servidores públicos designados a atuarem como fiscal de contrato e gestor de contrato.

## **15.12. DA PUBLICIZAÇÃO DOS CONTRATOS**

**15.12.1.** A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei N.º 14.133/2021.

**15.12.2.** Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

## **15.13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**15.13.1.** Conforme disposto no ANEXO I – Termo de Referência.

## **15.14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**15.14.1.** Conforme disposto no ANEXO I – Termo de Referência.

## **16. DO REAJUSTAMENTO:**

### **16.1. REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO**

**16.1.1.** Nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, o presente edital consigna, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e reajustamento de preços, o índice do IPCA ou outro que houve por substituí-lo, caso mais favorável à Administração Pública, como critério de atualização monetária.

**16.1.2.** A data-base estará vinculada à data do orçamento estimado.

**16.1.3.** A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**16.1.4.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 e 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

## **17. DO RECEBIMENTO DO MATERIAL:**

**17.1.** O recebimento dos itens, objeto do presente certame, ocorrerá pelo Município, consoante Art. 140, da Lei 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

**17.2.** Os responsáveis pelo recebimento efetuarão vistoria no ato de entrega e avaliarão as condições dos produtos. Caso estas condições não sejam satisfatórias, ou em desacordo com as especificações contidas no **ANEXO I** deste Edital, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser substituída por outra, independente da aplicação das penalidades previstas.

**17.3.** Corre por conta da detentora da Ata, qualquer prejuízo causado ao produto em decorrência do transporte.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**18. DO FORNECIMENTO:**

**18.1.** Os itens, objeto do presente certame, deverão ser entregues de acordo com a solicitação da secretaria requisitante, em até **10 (dez) dias corridos** do recebimento da ordem de entrega e/ou nota de empenho, conforme informado no **ANEXO I - Termo de Referência**, devendo comunicar-se previamente com o fiscal do contrato para que este acompanhe a entrega.

**18.2.** Verificada a não conformidade das características do produto, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias conforme informado **ANEXO I - Termo de Referência**, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

**18.3.** Os Materiais deverão ser entregues de forma adequada, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

**19. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**19.1.** O processamento para pagamento observará a legislação pertinente à legalidade da despesa pública (Decreto Municipal n.º 3.316/19 e Instrução Normativa CGM n.º 01/22);

**19.2.** Para efeitos de pagamento, a Contratada deverá apresentar documentos de cobrança até o quinto dia útil do mês subsequente ao de referência, constando de forma discriminada a efetiva especificação do objeto adquirido e/ou serviços prestados, o quantitativo de materiais efetivamente fornecidos e/ou serviços prestados, a marca do material ofertado, informando ainda o nome e número do banco, agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

**19.3.** A empresa deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica com **QR CODE** ou **CÓDIGO DE BARRAS**;

**19.4.** A Contratada deverá apresentar, juntamente aos documentos de cobrança, seguintes documentos:

- I) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- II) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- III) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- IV) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- V) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**19.5.** Os documentos de cobrança, juntamente com as Certidões deverão ser entregues pela Contratada, ao fiscal do Contrato, com protocolo de recebimento;

**19.6.** Caso o objeto executado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Edital, no Termo de Referência anexo a este e no Contrato Administrativo gerado para a sua execução, ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

**19.7.** Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, o fiscal do Contrato deverá encaminhá-lo para pagamento;

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**19.8.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de apresentação da nota fiscal eletrônica, devidamente atestada pela fiscalização da Contratante, em cumprimento da perfeita entrega do objeto e prévia verificação da regularidade fiscal da Contratada;

**19.9.** Havendo atraso no pagamento que tenha dado causa a Contratante, a Contratada fará jus a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o valor da fatura em atraso, fazendo jus a Contratante ao mesmo percentual de desconto em caso de antecipação do pagamento;

**19.10.** Durante a sua vigência, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, da Lei Federal 14.133/2021 c/c os art. 19 e 20 termos do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

**19.11.** Conforme dispõe o art. 17º do Decreto nº 11.462/23, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

**20. DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS E CONTRATUAIS:**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**20.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**20.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**20.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**20.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**20.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

**20.1.3.** fraudar a licitação.

**20.1.4.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**20.1.4.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**20.1.4.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**20.1.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**20.2.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155, e seguintes da Lei N.º 14.133/021:

**20.2.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**20.2.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**20.2.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**20.2.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**20.2.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**20.2.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**20.2.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**20.2.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**20.2.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**20.2.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**20.2.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**20.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, as sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei N.º 14.133/2021.

**21. DAS PENALIDADES:**

**21.1.** Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

**21.2. ADVERTÊNCIA**

**21.2.1.** A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**21.3. MULTA**

**21.3.1.** Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

**21.3.2.** O inadimplemento total ou parcial do objeto sujeitará a contratada à multa de até 10% (dez por cento), aplicável sobre o valor da parcela não executada, sem prejuízo de outras sanções;

**21.3.3.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

**21.3.4.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

**21.3.5.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

**21.3.6.** Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

**21.3.7.** O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

**21.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

### **Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**21.4.1.** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo máximo de até 03 (três) anos, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

### **21.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**

**21.5.1.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração, facultada a defesa da contratada, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.

**21.6.** As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**21.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

**21.8.** Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

### **22. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**22.1.** A Contratada Registrada poderá ter seu Registro de Preços cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 21 e 22 do Decreto Municipal nº 4.470/2024, nos seguintes casos:

**22.1.1.** Por iniciativa do Município quando a Detentora do registro:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**22.2.** O cancelamento do Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

**22.2.1.** por razão de interesse público ou

**22.2.2.** a pedido do Fornecedor.

### **23. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:**

**23.1.** O contrato celebrado poderá ser extinto a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21;

**23.2.** A rescisão, se houver, dar-se-á por meio de processo administrativo próprio, por motivos devidamente comprovados e justificados;

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**23.3.** Formalizada a rescisão, que terá efeito a partir da data de sua comunicação à contratada, esta deverá entregar a documentação correspondente aos serviços executados. Se a Fiscalização a aprovar, o pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, descontados os débitos existentes.

**24. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS:**

**24.1.** As controvérsias decorrentes da execução contratual, relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por qualquer das partes e ao cálculo de indenizações poderão ser encaminhadas para tentativa de resolução por intermédio da da Controladoria-Geral do Município e da Procuradoria-Geral do Município, ou por outras formas alternativas previstas nos artigos 151 a 154 da Lei nº 14.133/2021.

**25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**25.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**25.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**25.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**25.4.** A administração reserva-se o direito de, a qualquer tempo, anular ou revogar o procedimento licitatório por ilegalidade ou por razões de interesse público advindas de fato superveniente devidamente comprovado.

**25.5.** Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, nos termos dos regulamentos municipais condizentes com a Lei n.º 14.133/2021, bem como nos termos das demais legislações em vigor e Princípios Gerais de Direito.

**25.6.** A apresentação de proposta implicará a plena, total e irrevogável aceitação, por parte dos licitantes, de todos os termos e condições deste instrumento convocatório.

**25.7.** Os dados pessoais decorrentes da execução deste edital ficam, desde já, autorizados pelos licitantes e respectivos representantes, inclusive a eventual vencedor do certame e contratado (s), à disponibilidade pública nos sítios oficiais de informação e publicidade, nos termos do art. 7º, inciso I, da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**25.8.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, gratuitamente, para todos os interessados nos sites oficiais [www.itatiaia.rj.gov.br](http://www.itatiaia.rj.gov.br) e [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**25.9.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**25.10.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.11.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**25.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**25.13.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**25.14.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**25.15.** Integram o Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) Anexo I. Termo de Referência;

a.1) Apêndice do Anexo I. Amostras

b) Anexo II. Modelo de Proposta Comercial;

c) Anexo III. Carta de Credenciamento;

d) Anexo IV. Declaração Consolidada;

e) Anexo V. Modelo de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste os índices econômicos previstos neste edital.

f) Anexo VI. Minuta da Ata de Registro de Preços.

f.1) Apêndice do Anexo VI. Cadastro Reserva

Itatiaia, 09 de junho de 2025.

**Jean Carlos Costa**  
**Diretor Geral de Licitação**



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025  
ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



**TERMO DE REFERÊNCIA - TR**

PROCESSO Nº 3783	ANO 2025
FOLHA Nº 240	VISTO

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo a aquisição insumos para curativos (coberturas especiais), para atender o SAD (serviço de atendimento domiciliar) – Programa Melhor em Casa e Programa de atendimento Domiciliar aos Cronificados, Estratégia da Saúde da Família e Hospital Municipal Manoel Martins de Barros por um período estimado de 12 (doze) meses. A contratação será realizada através de Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, com entrega parcelada, conforme solicitação de fornecimento feita pelo Setor Competente.

**1.2. Descrição do Objeto**

ITEM	QTD	UNI	DESCRIPTIVO
1	500	Und	Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, composto de alginato de cálcio e sódio, carboximetilcelulose-sódica, Propilenoglicol, Ácido bórico, Idantoina, Sorbato de potássio e Trietanolamina. Em excipiente aquoso, transparente e viscoso. Com tampa flip top. Tubo com 85 gramas. (SãF-Gel)
2	800	Und	Curativo primário, estéril, não aderente, macio em forma de placa, altamente absorvente composto por duas camadas de hidrofibra 100% carboximetilcelulose sódica, EDTA e Cloreto de Benzetônio (BEC), costuradas com fibra celulósica regenerada, altamente resistente. Deve conter no mínimo 1,2 % de prata iônica que não dispensa no leito da ferida. Tamanho 10 x 10 cm
3	400	Und	Curativo primário, estéril, não aderente, macio em forma de placa, altamente absorvente composto por duas camadas de hidrofibra 100% carboximetilcelulose sódica, EDTA e Cloreto de Benzetônio (BEC), costuradas com fibra celulósica regenerada, altamente resistente. Deve conter no mínimo 1,2 % de prata iônica que não dispensa no leito da ferida. Tamanho 15 x 15 cm
4	800	und	Curativo estéril, de espuma, multicamadas, composto também por uma camada de fibras de undcarboximetilcelulose sódica (sem adição de outras fibras) que ajudam a manter um microclima ideal na pele em risco, absorvendo e bloqueando o excesso de umidade com adesivo de silicone perfurado em contato com a pele. Tamanho 10x10 cm.
5	2000	Und	Creme para cicatrização profunda para hidratação, contendo

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	VISTO
241	

			vitamina A nanoencapsulada, vitamina E nanoencapsulada, triglicerídeos dos ácidos caprílico/caprico. Alantoina. D-pantenol e aloe vera, para atuar na manutenção do equilíbrio hídrico da pele, na prevenção de afecções cutâneas contendo em sua formulação, hipoalergênico, em embalagem flexível. Embalagem de 100g
6	800	Und	Curativo primário, estéril, flexível, com remoção atraumática, não oclusivo, recortável, constituído por uma malha de poliéster com extensibilidade longitudinal, impregnada com Matriz Cicatrizante TLC (Tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica e carboximetilcelulose) com gelificação sustentada. Tamanhos 10x10cm.
7	400	Und	Curativo de espuma de poliuretano impregnada com Matriz Cicatrizante TLC (tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica e carboximetilcelulose), camada superabsorvente, camada de não tecido, filme de poliuretano com borda de silicone semipermeável. Tamanhos 10x10cm.
8	800	Und	Curativo primário, estéril, não aderente, não oclusivo, constituído por uma rede têxtil 100% de poliéster impregnada com Matriz Cicatrizante TLC-Ag (tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica, carboximetilcelulose e sais de prata). Tamanhos 10x10.
9	300	Und	Curativo primário estéril, flexível e adaptável, não aderente, não oclusivo, composto por uma rede têxtil 100% de poliéster impregnada com matriz cicatrizante TLC-NOSF (tecnologia Lípido Colóide) composta por matriz lipofílica, carboximetilcelulose e octassulfato de sacarose). Tamanhos 10x10.
10	800	und	Curativo de hidrocolóide semitransparente, absorvente, hipoalergênico, estéril por radiação gama, composto. Por uma camada interna autoadesiva contendo hidrocolóide (carboximetilcelulose sódica), poliisobutileno, conservantes e uma camada externa de filme de poliuretano. Possui dois liners de papel siliconizado que formam abas e permitem a aplicação asséptica do curativo, embalado individualmente em envelope PET/papel cirúrgico no tamanho. 10x10 cm Registrado na ANVISA como correlato classe de risco III. Certificado BPF&C.
11	600	Und	Bandagem inelástica impregnada com pasta contendo óxido de zinco, glicerol, óleo de ricino, água deionizada e goma acácia, embalada individualmente em envelope PET/PE leitoso, registro na ANVISA como correlato classe de risco III (produtos destinados a ser usados principalmente em feridas que tenham produzido ruptura da derme e que somente podem cicatrizar por segunda intenção), medindo 7,6 cm x 9,14 m.
12	200	Und	Filme Transparente em Rolo, consiste em um filme de poliuretano não estéril, coberto por um adesivo hipoalergênico transparente com planimetria. O produto é permeável a vapores, permitindo trocas gasosas, e é

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
 Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
 Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	MÊS
42	

			impermeável a água, bactérias e vírus, atuando como barreira de proteção para a pele. Pode ser recortado do tamanho necessário. Apresentar laudo de barreira bacteriana e viral. Registro na ANVISA como correlato classe II. Apresentação em rolos de 10cm x 10m.
13	500	Und	Gaze Antimicrobiana é um curativo de gaze tecida 100% algodão, de alta absorção, com trama larga, impregnado com PHMB (polihexametileno de biguanida) na concentração mínima de 0.2%, sendo um agente antimicrobiano que evita a contaminação do leito da ferida e combate infecções já instaladas. Possui um amplo espectro de ação contra micro-organismos Gram positivos e negativos, fungos e leveduras. Além disso, limita a contaminação cruzada de paciente para paciente, paciente para médico e paciente para o meio ambiente. Apresentação 10x10 cm (5 unidades)
14	500	und	Gel para descontaminação de feridas, composto por: água purificada, 0,1% de polihexametilbiguanida (PHMB), composto de betaína, hidroxietilcelulose, EDTA, Imidazolidinil uréia e propilenoglicol. Combate e previne a infecção, faz a descontaminação da lesão e mantém o meio úmido. Apresentações de 100mL.
15	500	und	Solução aquosa, incolor e límpida, destinada à limpeza e descontaminação de todos os tipos de feridas inclusive as lesões de difícil acesso (cavitárias e fissuras), além de oferecer hidratação adequada ao leito. O produto atua na prevenção e tratamento de todos os tipos de feridas inclusive das criticamente colonizadas, infeccionadas e com biofilme. O produto é composto por 0,1% de PHMB (polihexametilbiguanida), 0,1% de EDTA dissódico, água, glicerina e 0,1% de betaína (cocoamidopropilbetaína). Embalagem composta por frasco de polietileno com indicador de volumetria lateral e batoque gotejador que permite aplicação em jato. Apresentação 350 ml.
16	300	und	Creme com formação de barreira de longa duração que protege a pele contra ação de agentes externos como exsudatos, dermatite associados à incontinência (DAI) e uso de curativos e sintomas relacionados por no mínimo 56 horas. Produto deve auxiliar na manutenção do pH da pele, promover longa hidratação e condicionamento da pele. Deve ser resistente a no mínimo 5 procedimentos de higienização, não sendo necessário a aplicação frequente. Comprovação de testes dermatológicos e hipoalergênico, sem fragrância e com rápida absorção. Seguro para uso em crianças e bebês, possuir efeito "no transfer" comprovado por laudos e não ocluir os poros; com dimeticona, não possuir parabênos, citotoxicidade ou óleos. Compatível com clorexidina. Embalagem em Bisnaga de 92g. Deverão constar na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde. Apresentar Autorização de Funcionamento conforme Lei 6360/76

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	VISTO
243	

17	500	und	Película protetora sem ardor, transparente, a base de silicone, tripla camada com dimeticona, resistente, capaz de proteger ao contato com o exsudato, adesivos e de fluidos corporais. Garanta a proteção da pele mesmo ao redor de ostomias, fistulas, fluidos orgânicos, efluentes e exsudato de feridas. Produto deverá evitar a maceração e irritação causados por incontinência urinária, fecal, cânulas de intubação, traqueostomias, jejunostomia e prevenir lesões causadas pelo uso de adesivos. Além de ser utilizado para o tratamento de abrasões, escoriações e fissuras em locais de difícil acesso. Produto deverá atuar como barreira de longa duração por até 72 horas. Comprovação de testes dermatológicos e hipoalergênicos; seguro para uso em crianças e bebês, não transferir para fraldas comprovado por laudos, permitir a respiração da pele e não ocluir os poros. Produto não deve possuir citotoxicidade. Deverá ser classificado como Não irritante e não sensibilizante. Conter proteção UVA, UVB. Embalagem com 30 ml spray. Rendimento mínimo de 220 aplicações. Deverão constar na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde.
18	500	und	Removedor de esparadrapo, resíduos de cola e curativos do tipo filme sem dor. Isento de álcool. Contém emolientes para hidratar a pele após retirada do resíduo da cola, criando uma barreira de proteção na mesma. Apresentar laudo de irritabilidade primária, acumulada e sensibilização cutânea (HRIPT) estudo dermatológico em pediatria. Apresentar Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), conforme RDC 16 de 01/04/2014, certificado de Boas Práticas de Fabricação para Cosméticos, conforme RDC 48 de 25/10/2013 e Notificação na ANVISA, conforme RDC 7 de 11/02/2015. Apresentação: frasco spray com 30 mL.

**1.3. Garantia/ Validade do Objeto**

**1.3.1** No ato da entrega validade deverá ser igual ou superior a 80% do seu período total de validade; caso a validade seja inferior ao que está aqui estabelecido, a empresa se comprometer formalmente, por meio de carta, a efetuar a troca dos insumos que venham ter sua validade expirada, sem qualquer ônus para a administração.

**1.3.2.** A embalagem deve estar inviolada e de forma a permitir o correto armazenamento. A validade e o lote devem estar visíveis na embalagem do insumo.

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
 Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
 Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº 3783	ANO 2025
FOLHA Nº 244	VISTO

**1.4 .Valor Estimado da Aquisição**

ITEM	QTD	UNI	DESCRIPTIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	500	und	Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, composto de alginato de cálcio e sódio, carboximetilcelulose-sódica, Propilenoglicol, Ácido bórico, Idantoina, Sorbato de potássio e Trietanolamina. Em excipiente aquoso, transparente e viscoso. Com tampa flip top. Tubo com 85 gramas. (SãF-Gel)	R\$ 86,00	R\$ 43.000,00
2	800	und	Curativo primário, estéril, não aderente, macio em forma de placa, altamente absorvente composto por duas camadas de hidrofibra 100% carboximetilcelulose sódica, EDTA e Cloreto de Benzetônio (BEC), costuradas com fibra celulósica regenerada, altamente resistente. Deve conter no mínimo 1,2 % de prata iônica que não dispensa no leito da ferida. Tamanho 10 x 10 cm	R\$ 79,50	R\$ 63.600,00
3	400		Curativo primário, estéril, não aderente, macio em forma de placa, altamente absorvente composto por duas camadas de hidrofibra 100% carboximetilcelulose sódica, EDTA e Cloreto de Benzetônio (BEC), costuradas com fibra celulósica regenerada, altamente resistente. Deve conter no mínimo 1,2 % de prata iônica que não dispensa no leito da ferida. Tamanho 15 x 15 cm	R\$ 120,00	R\$ 48.000,00
4	800	und	Curativo estéril, de espuma, multicamadas, composto também por uma camada de fibras de carboximetilcelulose sódica (sem adição de outras fibras) que ajudam a manter um microclima ideal na pele em risco, absorvendo e bloqueando o	R\$ 58,40	R\$ 46.720,00

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	
245	

			excesso de umidade com adesivo de silicone perfurado em contato com a pele. Tamanho 10x10 cm.		
5	2000	und	Creme para cicatrização profunda para hidratação, contendo vitamina A nanoencapsulada, vitamina E nanoencapsulada, triglicerídeos dos ácidos caprílico/caprico. Alantoína. D-pantenol e aloe vera, para atuar na manutenção do equilíbrio hídrico da pele, na prevenção de afecções cutâneas contendo em sua formulação, hipoalergênico, em embalagem flexível. Embalagem de 100g	R\$ 156,80	R\$ 313.600,00
6	800	und	Curativo primário, estéril, flexível, com remoção atraumática, não oclusivo, recortável, constituído por uma malha de poliéster com extensibilidade longitudinal, impregnada com Matriz Cicatrizante TLC (Tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica e carboximetilcelulose) com gelificação sustentada. Tamanhos 10x10cm.	R\$ 93,00	R\$ 74.400,00
7	400	und	Curativo de espuma de poliuretano impregnada com Matriz Cicatrizante TLC (tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica e carboximetilcelulose), camada superabsorvente, camada de não tecido, filme de poliuretano com borda de silicone semipermeável. Tamanhos 10x10cm.	R\$ 112,00	R\$ 44.800,00
8	800	und	Curativo primário, estéril, não aderente, não oclusivo, constituído por uma rede têxtil 100% de poliéster impregnada com Matriz Cicatrizante TLC-Ag (tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica, carboximetilcelulose e sais de prata). Tamanhos 10x10.	R\$ 141,80	R\$ 113.440,00
9	300	und	Curativo primário estéril, flexível e adaptável, não aderente, não oclusivo, composto por uma rede têxtil 100% de poliéster impregnada com matriz	R\$ 255,00	R\$ 76.500,00

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
 Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
 Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANV
3783	2025
FOLHA Nº	
246	

			cicatrizante (tecnologia Lípido Colóide) composta por matriz lipofílica, carboximetilcelulose e octassulfato de sacarose). Tamanhos 10x10.		
10	800		Curativo de hidrocolóide semitransparente, absorvente, hipoalergênico, estéril por radiação gama, composto. Por uma camada interna autoadesiva contendo hidrocolóide (carboximetilcelulose sódica), poliisobutileno, conservantes e uma camada externa de filme de poliuretano. Possui dois liners de papel siliconizado que formam abas e permitem a aplicação asséptica do curativo, embalado individualmente em envelope PET/papel cirúrgico no tamanho. 10x10 cm Registrado na ANVISA como correlato classe de risco III. Certificado BPF&C.	R\$ 35,20	R\$ 28.160,00
11	600	und	Bandagem inelástica impregnada com pasta contendo óxido de zinco, glicerol, óleo de ricino, água deionizada e goma acácia, embalada individualmente em envelope PET/PE leitoso, registro na ANVISA como correlato classe de risco III (produtos destinados a ser usados principalmente em feridas que tenham produzido ruptura da derme e que somente podem cicatrizar por segunda intenção), medindo 7,6 cm x 9,14 m.	R\$ 55,60	R\$ 33.360,00
12	200		Filme Transparente em Rolo, consiste em um filme de poliuretano não estéril, coberto por um adesivo hipoalergênico transparente com planimetria. O produto é permeável a vapores, permitindo trocas gasosas, e é impermeável a água, bactérias e vírus, atuando como barreira de proteção para a pele. Pode ser recortado do tamanho necessário. Apresentar laudo de barreira bacteriana e viral. Registro na ANVISA como correlato classe II.	R\$ 202,16	R\$ 40.432,00

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	VISTO
247	

			Apresentação em rolos de 10cm x 10m.		
13	500		Gaze Antimicrobiana é um curativo de gaze tecida 100% algodão, de alta absorção, com trama larga, impregnado com PHMB (polihexametileno de biguanida) na concentração mínima de 0.2%, sendo um agente antimicrobiano que evita a contaminação do leito da ferida e combate infecções já instaladas. Possui um amplo espectro de ação contra micro-organismos Gram positivos e negativos, fungos e leveduras. Além disso, limita a contaminação cruzada de paciente para paciente, paciente para médico e paciente para o meio ambiente. Apresentação 10x10 cm (5 unidades)	R\$ 72,00	R\$ 36.000,00
14	500		Gel para descontaminação de feridas, composto por: água purificada, 0,1% de polihexametilbiguanida (PHMB), composto de betaina, hidroxietilcelulose, EDTA, Imidazolidinil uréia e propilenoglicol. Combate e previne a infecção, faz a descontaminação da lesão e mantém o meio úmido. Apresentações de 100mL.	R\$ 116,00	R\$ 58.000,00
15	500		Solução aquosa, incolor e límpida, destinada à limpeza e descontaminação de todos os tipos de feridas inclusive as lesões de difícil acesso (cavitárias e fissuras), além de oferecer hidratação adequada ao leito. O produto atua na prevenção e tratamento de todos os tipos de feridas inclusive das criticamente colonizadas, infeccionadas e com biofilme. O produto é composto por 0,1% de PHMB (polihexametilbiguanida), 0,1% de EDTA dissódico, água, glicerina e 0,1% de betaina (cocoamidopropilbetaina). Embalagem composta por frasco	R\$ 112,90	R\$ 56.450,00

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	VISTO
248	

		de polietileno com indicador de volumetria lateral e batoque gotejador que permite aplicação em jato. Apresentação 350 ml.		
16	300	<p>Creme com formação de barreira de longa duração que protege a pele contra ação de agentes externos como exsudatos, dermatite associados à incontinência (DAI) e uso de curativos e sintomas relacionados por no mínimo 56 horas. Produto deve auxiliar na manutenção do pH da pele, promover longa hidratação e condicionamento da pele. Deve ser resistente a no mínimo 5 procedimentos de higienização, não sendo necessário a aplicação frequente. Comprovação de testes dermatológicos e hipoalergênico, sem fragrância e com rápida absorção. Seguro para uso em crianças e bebês, possuir efeito "no transfer" comprovado por laudos e não ocluir os poros; com dimeticona, não possuir parabenos, citotoxicidade ou óleos. Compatível com clorexidina. Embalagem em Bisnaga de 92g. Deverão constar na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde. Apresentar Autorização de Funcionamento conforme Lei 6360/76</p>	R\$ 166,32	R\$ 49.896,00
17	500	<p>Película protetora sem ardor, transparente, a base de silicone, tripla camada com dimeticona, resistente, capaz de proteger ao contato com o exsudato, adesivos e de fluidos corporais. Garanta a proteção da pele mesmo ao redor de ostomias, fistulas, fluidos orgânicos, efluentes e exsudato de feridas. Produto deverá evitar a maceração e irritação causados por incontinência urinária, fecal,</p>	R\$ 106,50	R\$ 53.250,00

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
 Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: [melhoremcasaitatiaia@outlook.com](mailto:melhoremcasaitatiaia@outlook.com)  
 Site: [www.itatiaia.rj.gov.br](http://www.itatiaia.rj.gov.br)



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

					<table border="1"> <tr> <td>PROCESSO Nº</td> <td>ANO</td> </tr> <tr> <td>3783</td> <td>2025</td> </tr> <tr> <td>FOLHA Nº</td> <td>VISTO</td> </tr> <tr> <td>249</td> <td></td> </tr> </table>	PROCESSO Nº	ANO	3783	2025	FOLHA Nº	VISTO	249	
PROCESSO Nº	ANO												
3783	2025												
FOLHA Nº	VISTO												
249													
		<p>cânulas de intubação, traqueostomias, jejunostomia e prevenir lesões causadas pelo uso de adesivos. Além de ser utilizado para o tratamento de abrasões, escoriações e fissuras em locais de difícil acesso. Produto deverá atuar como barreira de longa duração por até 72 horas. Comprovação de testes dermatológicos e hipoalergênicos; seguro para uso em crianças e bebês, não transferir para fraldas comprovado por laudos, permitir a respiração da pele e não ocluir os poros. Produto não deve possuir citotoxicidade. Deverá ser classificado como Não irritante e não sensibilizante. Conter proteção UVA, UVB. Embalagem com 30 ml spray. Rendimento mínimo de 220 aplicações. Deverão constar na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde.</p>											
18	500	<p>Removedor de esparadrapo, resíduos de cola e curativos do tipo filme sem dor. Isento de álcool. Contém emolientes para hidratar a pele após retirada do resíduo da cola, criando uma barreira de proteção na mesma. Apresentar laudo de irritabilidade primária, acumulada e sensibilização cutânea (HRIPT) estudo dermatológico em pediatria. Apresentar Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), conforme RDC 16 de 01/04/2014, certificado de Boas Práticas de Fabricação para Cosméticos, conforme RDC 48 de 25/10/2013 e Notificação na ANVISA, conforme RDC 7 de 11/02/2015. Apresentação: frasco spray com 30 mL.</p>	R\$ 31,80	R\$ 15.900,00									

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
 Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
 Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	VISTO
250	

**Valor total estimado: 1.195.508,00**

**1.5. Entrega do Objeto**

**1.5.1** Os materiais deverão ser entregues na Central Geral de Abastecimento, localizada à Rua 02, Lote 01 da Quadra E-1, Loteamento Casal Garcia II, Campo Alegre, Itatiaia/RJ, CEP 27580-000. As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais, estaduais e municipais, no horário das 9h às 16h. O recebimento será feito com a devida ciência do responsável pelo Almoxarifado, que poderá ser contatado pelo telefone (24) 3352-2205.

**1.6. Prazo para Entrega**

**1.6.1.** A entrega dos insumos para curativos (coberturas especiais) deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias corridos à partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo Setor Competente (Central Geral de Abastecimento – CGA). A entrega deverá obedecer às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência, respeitando o local, os dias e horários indicados para recebimento.

**1.7. Prazo para Pagamento**

**1.7.1.** O pagamento será efetuado no prazo de 30 dias corridos, a contar da data de liquidação da Nota Fiscal no sistema.

**1.8. Natureza do Serviço**

**1.8.1.** Os objetos da presente demanda são de natureza comum, podendo ser definidos por meio de especificações objetivas que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado.

**1.9 Regime de Contratação**

**1.9.1.** A contratação será realizada pelo regime de fornecimento considerando que o objeto envolve a aquisição de insumos para curativos (coberturas especiais), com entrega conforme as especificações definidas neste Termo de Referência.

**1.10 Parcelamento do objeto**

**1.10.1.** A entrega será parcelada, conforme a necessidade apresentada pelo Setor solicitante.

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

## Processo Administrativo n.º 3.783/2025



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	
251	

### 1.11 Modalidade da Aquisição

A aquisição de curativos e insumos são amplamente realizados por órgãos e entidades através de Pregão Eletrônico – Registro de Preços.

1.11.1 - A realização do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a itens, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

### 2.FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação proposta está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado com base nas necessidades apresentadas pelo SAD (serviço de atendimento domiciliar) – Programa Melhor em Casa e Programa de atendimento Domiciliar aos Cronificados, Estratégia da Saúde da Família e Hospital Municipal Manoel Martins de Barros. Após análise detalhada, concluiu-se que a solução mais adequada para atender as necessidades é a aquisição de curativos e insumos, com o objetivo de atender as pacientes assistidas pelos Programas acima citado.

2.2. A opção pelo Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços garante ampla competitividade e economicidade. A pesquisa de mercado demonstrou que os valores estimados estão alinhados com os praticados, assegurando uma aquisição eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

2.3. Além disso, a contratação planejada evita compras emergenciais que poderiam gerar custos elevados e desabastecimento. Dessa forma, a aquisição contribui para a previsibilidade financeira e o fornecimento contínuo, garantindo a qualidade dos serviços prestados à população.

### 3.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Os curativos e insumos são essenciais para tratamento das feridas multifatoriais e dependem frequentemente de coberturas especiais e alta tecnologia para evolução efetiva do processo de cicatrização. Ressalto que a aquisição desses insumos é para atender aos tratamentos de cuidados preventivos, como a lesão por pressão meta

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	VISTO
252	

internacional da Organização Mundial de Saúde ( OMS ), dermatite associada à continência que predispõe a lesão por pressão, lesões por fricção entre outras e para o tratamento e cuidado de feridas complexas e ou crônicas, que geralmente aumentam com o tempo de hospitalização e custos hospitalares, que prolongam o afastamento do paciente a sua atividade laboral e social.

**3.2.** A solução evita a descontinuidade do atendimento realizado às pacientes pelo Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher e as Estratégias de Saúde da Família (ESF's) e atende às necessidades imediatas, com economicidade e conformidade legal.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Para a execução do objeto, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

**a) HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- Comprovar a regular constituição como pessoa jurídica, apresentando documentos como contrato social, registro comercial ou equivalente.

**b) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- Apresentar certidões negativas (ou positivas com efeito de negativas) de débitos federais, estaduais e municipais.  
- Apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**c) REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- Comprovar a regularidade econômico-financeira por meio de certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial.

**d) QUALIDADE E GARANTIA DOS PRODUTOS:**

- Substituir, sem ônus para a Contratante, os itens apresentarem defeitos no prazo de até 05 (cinco) dias corridos após a notificação.  
- Garantir que todos os produtos entregues sejam novos, em perfeito estado e devidamente embalados.

**e) RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO:**

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	VISTO
253	

- Assumir todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte e entrega dos itens no endereço especificado.
- Realizar a entrega de acordo com a solicitação de fornecimento feita pelo Setor Competente, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos à contar do recebimento da respectiva solicitação de forma integral no prazo estipulado.

**f) PONTUALIDADE E ATENDIMENTO:**

- Garantir o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos.
- Disponibilizar canal de atendimento para resolução de problemas relacionados aos produtos fornecidos.

**4.2.** O cumprimento integral dos requisitos acima é indispensável para garantir a qualidade e a eficiência na entrega, assegurando que as necessidades do SAD ( service de atendimento domiciliar) – Programa Melhor em Casa e Programa de atendimento Domiciliar aos Cronificados, Estratégia da Saúde da Família e Hospital Municipal Manoel Martins de Barros.

**5- EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** A aquisição dos insumos para curativos ( coberturas especiais) será realizada mediante solicitação do setor competente, conforme especificações técnicas e quantidades definidas neste Termo de Referência, visando atender plenamente às necessidades identificadas pelo SAD ( serviço de atendimento domiciliar) – Programa Melhor em Casa e Programa de atendimento Domiciliar aos Cronificados, Estratégia da Saúde da Família e Hospital Municipal Manoel Martins .

**5.2.** Os insumos para curativos (coberturas especiais) deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo Setor Competente acima descrito.

**5.3.** A entrega deve garantir que os insumos para curativos (coberturas especiais) estejam em perfeitas condições de uso, atendendo às especificações de qualidade e funcionalidade, de modo a assegurar maior eficiência e qualidade nas atividades realizadas.

**5.4.** Caso sejam identificadas irregularidades ou não conformidades nos produtos entregues, a Contratada será responsável pela substituição no prazo de até 05 (cinco) dias após a notificação.

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	3783	2025
FOLHA Nº	254	

5.5. A Contratada deverá arcar com quaisquer danos causados durante o transporte ou entrega dos itens, garantindo a substituição imediata ou reparo necessário, a fim de preservar a integridade dos resultados esperados.

**6 - GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual caberão ao servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, cuja identificação será formalizada por meio de portaria específica, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. O fiscal do contrato terá a responsabilidade de verificar o cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada, garantindo que os mobiliários e eletrodomésticos entregues atendam integralmente às especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**6.3. COMPETE AO FISCAL:**

- a) Verificar a conformidade dos insumos para curativos (coberturas especiais) entregues com as especificações previstas, registrando eventuais desconformidades;
- b) Solicitar, se necessário, a substituição ou reparação de produtos que apresentem defeitos ou estejam fora das condições estipuladas, sem ônus para a Administração;
- c) Acompanhar e registrar o prazo de entrega, informando à Administração sobre atrasos ou outros descumprimentos contratuais;
- d) Manter registros atualizados de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, incluindo comunicações e solicitações realizadas à Contratada;
- e) Elaborar relatórios sobre o andamento da execução do objeto e a conformidade com os resultados esperados.

6.4. O fiscal deverá comunicar à autoridade administrativa competente qualquer situação que exceda suas atribuições, para adoção das providências necessárias.

6.5. A fiscalização em nada exime a contratada de sua responsabilidade integral pela execução do objeto, sendo a contratada obrigada a corrigir, substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer irregularidade detectada durante o período de vigência do contrato.

6.6. Todas as decisões e orientações do fiscal, no exercício de suas funções, deverão ser formalizadas por escrito e devidamente registradas no processo administrativo referente ao contrato.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANº
3783	2025
FOLHA Nº	
255	

6.7. A atuação do fiscal deve observar os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, zelando pelo interesse público e pelo cumprimento das disposições contratuais.

6.8. A designação do fiscal não impede a realização de auditorias ou inspeções realizadas por outros órgãos de controle interno ou externo, caso necessário.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de liquidação da Nota Fiscal no sistema, devidamente atestada pelo responsável designado pela Administração, conforme o disposto no artigo 145 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O pagamento estará condicionado à verificação da conformidade do objeto entregue de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como à apresentação da documentação fiscal regularizada.

7.3. A Administração reserva-se o direito de não efetuar o pagamento caso os insumos para curativos (coberturas especiais) estejam em desacordo com as especificações, prazos ou condições estabelecidas no contrato, sendo a Contratada notificada para a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Os preços pactuados para o objeto contratado serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato, salvo disposições legais em contrário ou situações excepcionais previstas no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. A Contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica/Fatura, as seguintes documentações atualizadas e válidas:

- a) Certidões Negativas de Débito ou Positivas com efeito de Negativas referentes à Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal;
- b) Certidão de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.6. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresentada esteja em desacordo com as disposições previstas neste Termo de Referência ou com as formalidades legais pertinentes, a Contratada será notificada a emitir e apresentar novo documento de cobrança, o que não configurará atraso no pagamento por parte da Administração.

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	
256	

7.7. Havendo atraso no pagamento por responsabilidade da Administração, a Contratada terá direito à atualização financeira, nos termos do artigo 147 da Lei nº 14.133/2021, calculada pelo índice oficial estabelecido para correção monetária de débitos da Fazenda Pública.

7.8. Caso a Administração antecipe o pagamento, fará jus a descontos proporcionais à antecipação, conforme pactuado entre as partes e nos termos do contrato.

7.9. O pagamento será realizado por transferência bancária para a conta indicada pela Contratada, que deverá ser compatível com a inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.10. A comprovação da entrega dos insumos para curativos (coberturas especiais) e o cumprimento integral das condições contratuais serão essenciais para a liberação do pagamento, cabendo ao responsável designado pela fiscalização do contrato atestar a regularidade do objeto entregue.

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

8.1. A seleção do fornecedor para a execução do objeto descrito neste Termo de Referência será realizada por meio de Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021,

8.2. O critério adotado para o julgamento das propostas será o MENOR PREÇO, conforme disposto no Art. 33 da Lei nº 14.133/2021, sendo considerada a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, levando em conta a qualidade, a adequação às especificações e os prazos de entrega.

8.3. Os itens fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, respeitando os padrões de qualidade e desempenho exigidos para garantir a adequação e funcionalidade dos espaços e serviços.

8.4. As propostas deverão obrigatoriamente apresentar, no momento da entrega, a garantia mínima de 90 (noventa) dias, aplicáveis para defeito de fabricação, embalagem violada ou esteridade comprometida.

8.5. O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua apresentação, conforme previsto no Art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, e deverá ser mantido até a formalização do contrato.

8.6. A proposta que não atender às condições de habilitação e às especificações técnicas do Termo de Referência será desclassificada.

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
PLAN Nº	
257	

**8.7.** O fornecedor deverá comprovar, no momento da apresentação da proposta, a regularidade fiscal e trabalhista, por meio da apresentação das certidões exigidas pela Administração, conforme a legislação vigente.

**8.8.** A seleção será feita por comissão designada pela Administração, que analisará as propostas e documentos apresentados, garantindo a transparência e o cumprimento das exigências legais e contratuais.

**8.9.** A empresa selecionada deverá ser capaz de executar o objeto contratado de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais obrigações previstas no contrato.

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** O valor estimado será conforme planilha de valor (item 1.4): Valor Estimado da Aquisição.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** A definição da destinação orçamentária será realizada pela Gestão, observando a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**11. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**11.1. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**11.1.1.** A participação de consórcios neste certame licitatório não será admitida. A justificativa para a vedação é que o objeto da licitação envolve a aquisição de materiais de consumo cuja execução não demanda a colaboração de múltiplos fornecedores ou divisão da responsabilidade.

**11.2. VISTORIA E/OU VISITA TÉCNICA**

**11.2.1.** Não será exigida vistoria prévia para o fornecimento dos insumos para curativos (coberturas especiais), pois o objeto da licitação refere-se à aquisição de material de consumo e as especificações técnicas já estão detalhadas neste Termo de Referência. A contratação será realizada com base na análise da conformidade das propostas e na documentação apresentada pelas licitantes.

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	
258	

**11.3. ADJUDICAÇÃO**

**11.3.1.** O julgamento das propostas será realizado com base no critério de menor preço por item, conforme Art. 33 da Lei nº 14.133/2021. A análise das propostas levará em consideração o atendimento integral às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, garantindo a qualidade e adequação dos itens adquiridos.

**11.4. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**11.4.1.** Como os itens possuem ampla disponibilidade no mercado, a aptidão técnica não será exigida, a fim de garantir maior competitividade e ampliar a participação de fornecedores.

**11.4.2.** Não serão aceitas propostas com valores unitários ou globais superiores aos valores estimados no Termo de Referência. As propostas devem atender ao limite orçamentário estabelecido para cada item, conforme a estimativa de preços apresentada, garantindo a economicidade e eficiência na contratação.

**11.5. AMOSTRA/ DEMONSTRAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**11.5.1.** O licitante deverá apresentar juntamente com a proposta o folder, cartaz ou catálogo técnico dos produtos ofertados, contendo dados específicos que descrevem e classificam o produto, como dimensões, materiais, funções, nome do fabricante e marca do produto.

- a). Caso a compatibilidade com as especificações exigidas não possa ser comprovada por meio de folder ou catálogo, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, no prazo de até 03 ( três ) dias úteis após a solicitação, apresentar amostra do produto ofertado, acompanhada de protocolo de entrega, identificando a proponente, o número do edital e o objeto da licitação, para verificação de conformidade técnica e qualidade do produto.
- b) A (s) amostra deverá (ão) ser entregue no Programa Melhor em casa, situado na Rua José Antonio Pererira, nº 114, bairro Vila Odete, Itatiaia-RJ.
- c). A(s) amostra(s) deverá (ão) ser entregue em embalagem original ou na qual será (ão) entregue o(s) produto(s) contendo informações gerais do mesmo.
- d) A mostra apresentada deve corresponder a marca do produto apresentado na proposta comercial.

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
3.783/2025	

Processo Administrativo n.º 3.783/2025



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	
259	

e) Em caso de não aprovação da amostra, será lavrado termo circunstanciado das razões de não aprovação, que passará, a partir da recusa, a ser desclassificada junto à licitação convocando-se a segunda colocada.

f) Correrão por conta da licitante vencedora todas as despesas com o envio da amostra.

**11.5.2. Da exigência de carta de solidariedade**

**11.5.2.1.** Em caso de fornecedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato conforme a nova Lei de Licitações 14.133/2021, que moderniza o sistema licitatório no Brasil, traz inovações que impactam diretamente o uso da Carta de Solidariedade. Um dos aspectos centrais da lei é a busca pela eficiência e a garantia de que todas as partes envolvidas em uma licitação tenham capacidade técnica e financeira para cumprir o contrato. Nesse sentido, a Carta de Solidariedade é vista como uma forma legítima de garantir que empresas sem todos os recursos internos possam participar de forma competitiva.

O artigo 70 da Lei 14.133/2021 menciona explicitamente a possibilidade de uso de terceiros para complementar as capacidades da empresa licitante. Isso abre espaço para que as empresas, através de cartas de solidariedade, comprovem que possuem parcerias sólidas e que poderão, com o apoio de seus parceiros, cumprir todas as exigências do edital. Ou seja, a legislação atual legitima o uso deste documento, tornando-o uma ferramenta valiosa em licitações de grande porte.

**11.5.2.2.** Além de ser um documento estratégico, a **Carta de Solidariedade** oferece várias vantagens que podem aumentar as chances de sucesso nas licitações. Primeiramente, ela possibilita que empresas menores ou especializadas em áreas específicas participem de licitações maiores e mais complexas. Com o apoio de uma empresa parceira, é possível suprir a falta de determinados produtos ou serviços que seriam impeditivos para a participação.

Outra vantagem importante é o fortalecimento da credibilidade da proposta. Quando a empresa parceira se compromete formalmente, a entidade pública recebe uma garantia adicional de que o contrato seguirá o planejamento. Essa confiança extra pode ser o diferencial que leva à vitória no processo licitatório.

**11.5.2.3.** A solicitação da Carta da Solidariedade se fundamenta na complexidade do tratamento de feridas crônicas sendo essas desafiadoras para a enfermagem relacionada ao processo de cicatrização, que exige suporte técnico especializado e continuidade da terapêutica abordada. A Carta de Solidariedade é um instrumento essencial para assegurar que, em caso de ruptura onde o candidato seja distribuidor e não o fabricante,

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	
260	

haverá suporte da fábrica no fornecimento da reposição adequada dos produtos, garantindo a segurança, eficácia e continuação do tratamento dos pacientes atendidos, além de orientações técnicas e treinamentos.

As feridas crônicas já apresentam falha no processo de cicatrização, principalmente por resistência antimicrobiana permanecendo estagnada em qualquer uma das fases de cicatrização, sendo esta geralmente na fase inflamatória por um período superior a seis semanas. A interrupção do tratamento por falta de insumos, prejudicaria ainda mais o processo, podendo cursar em morbimortalidade da pessoa com ferida.

A grande maioria dos curativos são importados, caracterizados como compras internacionais, que sofrem tributação e reajustes periódicos conforme políticas do governo Federal e Estadual. Com a atual situação econômica do país, onde registramos recorde de recuperação judicial e inadimplência entre empresas, a carta de solidariedade deve assegurar a execução do contrato com a manutenção do fornecimento e continuidade do tratamento.

A carta de solidariedade em nada restringe a participação de revendedores e distribuidores e até mesmo do próprio fabricante, onde este pode fornecer a todos que estejam cadastrados e alinhados com as políticas da empresa em todo território nacional, com o compromisso em atender as especificações do descritivo, assegurando a execução do contrato de fornecimento.

Dessa forma, solicitamos que seja mantida a exigência da Carta de Solidariedade, considerando sua relevância para a adequada execução contratual e para a segurança clínica dos pacientes que utilizam os produtos relacionados ao tratamento de feridas.

#### **11.6. INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**11.6.1.** . A formalização será realizada somente por assinatura da ATA entre as partes, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. A aquisição de insumos para curativos (coberturas especiais) objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preço, com entrega dos itens conforme solicitado pelo responsável do setor. A assinatura da ATA formalizará o compromisso de fornecimento e pagamento dos itens conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	VISTO
26	

**11.7. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**11.7.1.** Não será exigida garantia de execução do contrato, em conformidade com o artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o objeto trata do fornecimento de materiais de consumo, cujas entregas são realizadas de forma parcelada e fiscalizadas no ato do recebimento. Além disso, o cumprimento contratual será assegurado por meio da aplicação de penalidades em caso de descumprimento e pela exigência do pagamento somente após a entrega e atesto dos produtos.

**12. ENCARGOS DAS PARTES E SUBCONTRATAÇÃO**

**12.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**12.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta.

**12.1.2.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre eventuais imperfeições na execução do objeto, fixando prazo para a correção.

**12.1.3.** Pagar à Contratada o valor correspondente à entrega dos insumos para curativos (coberturas especiais), conforme o estipulado neste Termo de Referência, no prazo e nas condições estabelecidas.

**12.1.4.** Não permitir que empregados da Contratada realizem horas extras, salvo em caso de necessidade justificada, observando a legislação trabalhista vigente.

**12.1.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor das faturas, conforme legislação tributária em vigor.

**12.1.6.** Não interferir na administração interna da Contratada, respeitando a autonomia da empresa contratada.

**12.1.7.** Solicitar à Contratada e seus prepostos as providências necessárias para o bom andamento da execução do contrato.

**12.1.8.** Atestar as notas fiscais/faturas da Contratada, desde que todas as obrigações legais e contratuais tenham sido cumpridas, incluindo a comprovação de:

- a) Cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e das obrigações previstas em convenções coletivas, acordos coletivos ou sentenças normativas de dissídios coletivos;
- b) Cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, conforme diretrizes do Ministério do Trabalho, incluindo o fornecimento de EPI's.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	VIS
262	

**12.1.9.** Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato serão realizados por servidores designados pela Contratante, com conhecimentos necessários para garantir o cumprimento integral das condições estabelecidas.

**12.1.10.** A fiscalização será feita com base nos critérios de qualidade e conformidade com o Termo de Referência, com acompanhamento detalhado da entrega dos bens, verificando se as especificações foram atendidas de acordo com o contrato.

**13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**13.1.** Fornecer os itens conforme especificações: entregar os insumos para curativos (coberturas especiais) descritos neste Termo de Referência, em perfeitas condições de uso, obedecendo às especificações técnicas, quantitativas e qualitativas descritas, em estrita conformidade com o que foi estabelecido no processo licitatório.

**13.2.** Cumprir os prazos estabelecidos: realizar a entrega dos itens no prazo máximo de 10 dias, contados a partir da assinatura do contrato e/ou emissão da ordem de fornecimento, conforme condições previstas neste Termo de Referência.

**13.3.** Garantir a qualidade dos itens: garantir que os insumos para curativos (coberturas especiais) entregues estejam livres de defeitos de fabricação e em total conformidade com as normas técnicas aplicáveis. A contratada deverá substituir, por sua conta e sem ônus para a Administração, qualquer item que apresente defeitos, falhas ou não atenda às especificações, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos após notificação.

**13.4.** Acompanhar o recebimento e inspeção: a Contratada deverá fornecer toda a documentação necessária para o recebimento dos itens, incluindo notas fiscais, certificados de garantia, e comprovantes de entrega, sendo responsável pela conferência dos materiais no ato da entrega.

**13.5.** Garantia: a contratada deverá fornecer uma garantia mínima de 90 (noventa) dias, aplicáveis para defeito de fabricação, embalagem violada ou esteridade comprometida.

**13.6.** Não será admitida a SUBCONTRATAÇÃO do objeto do presente Termo de Referência.

**14. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**14.1** Durante a vigência da Ata os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de quebra do equilíbrio econômico financeiro, nos termos do Art. 124 da Lei Federal 14.133/2021.

**15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	
263	

15.1. O inadimplemento total ou parcial do contrato sujeitará a contratada às seguintes sanções administrativas, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados à Administração Pública:

I - **Advertência**, nos casos de infrações de menor gravidade que não acarretarem prejuízo significativo à Administração;

II - **Multa de até 10% (dez por cento)** sobre o valor da parcela não executada, em caso de inexecução parcial, ou sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total;

III - **Multa moratória de 0,25%** (vinte e cinco centésimos percentuais) ao dia sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, **em caso de atraso injustificado na entrega dos itens contratados;**

IV - **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos**, nos termos do art. 155, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 155, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.

14.2. A licitante ou contratada que não puder cumprir o prazo estipulado para entrega do objeto deverá apresentar justificativa formal e documentada à Administração antes do vencimento do prazo contratual, solicitando prorrogação nos termos do Art. 139, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, em casos de força maior ou motivo superveniente devidamente comprovado.

14.3. Vencido o prazo de entrega sem a apresentação de justificativa ou sem o deferimento de eventual solicitação de prorrogação, a Administração notificará formalmente à Contratada, estipulando prazo final para a entrega do objeto. O descumprimento desse prazo implicará a aplicação das sanções cabíveis.

14.4. A aplicação de qualquer sanção será precedida de regular processo administrativo, observando-se os procedimentos e prazos previstos nos Arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa à contratada.

14.5. As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração, seus efeitos e os antecedentes da contratada.

14.6. Sem prejuízo das penalidades administrativas, a contratada poderá ser obrigada a reparar integralmente os danos causados à Administração, sendo facultada a retenção de créditos decorrentes do contrato para ressarcimento, nos termos do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

Rua José Antonio Pereira, 114, Vila Odete - CEP: 27580-000  
Telefone: (24) 3352-1264 - E-mail: melhoremcasaitatiaia@outlook.com  
Site: www.itatiaia.rj.gov.br



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**



SECRETARIA  
DE SAÚDE



PROCESSO Nº	ANO
3783	2025
FOLHA Nº	VISTO
264	

14.7. A Administração poderá, motivadamente, deixar de aplicar sanções caso as justificativas da contratada sejam consideradas adequadas, desde que não haja prejuízo relevante ao interesse público.

14.8. Para fins de reabilitação junto à Administração, deverão ser cumpridas as condições previstas no Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, incluindo, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração;
- II - pagamento da multa aplicada;
- III - transcurso do prazo mínimo estabelecido para cada sanção;
- IV - cumprimento de demais condições previstas no ato punitivo.

**Itatiaia, 02 de junho de 2025**

<b>Elaborado por:</b>	<b>Aprovado por:</b>
 Fernanda Nunes Salvador Coordenador do Serviço de Atendimento Domiciliar Mat.44864	 Giâne Aparecida Gioia Secretária Municipal de Saúde Mat. 44509

*Giâne Aparecida Gioia*  
Secretária de Saúde  
Matriculada: 44509

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**  
**APÊNDICE DO ANEXO I**

**AMOSTRAS**

- a)** Caso a compatibilidade dos produtos com as especificações exigidas não possa ser comprovada por meio de folder, cartaz ou catálogo, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, no prazo de até **03 (três) dias úteis** após a solicitação, apresentar amostra do produto ofertado, acompanhada de protocolo de entrega, identificando a proponente, o número do edital e o objeto da licitação, para verificação de conformidade técnica e qualidade do produto;
- b)** A(s) amostra (a) deverá (aõ) ser entregue na Sede do Programa Melhor em Casa, situada na Rua José Antonio Pereira, nº 114, Vila Odete, Itatiaia / RJ;
- c)** A(s) amostra(s) deverá(ão) ser entregue em embalagem original ou na qual será(ao) entregue o(s) produto(s) contendo as informações gerais do mesmo.
- d)** A amostra apresentada deve corresponder a marca do produto apresentado na proposta comercial.
- e)** Em caso de não aprovação da amostra, será lavrado termo circunstanciado das razões de sua não aprovação, que passará, a partir da recusa, a ser desclassificada junto à licitação, convocando-se a segunda colocada;
- f)** Correrão por conta da licitante vencedora **todas** as despesas com o envio da amostra;

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025  
ANEXO II  
MINUTA PROPOSTA COMERCIAL**

À equipe de apoio/pregoeiro,

O licitante \_\_\_\_\_ (firma/denominação, endereço da sede/filial, CNPJ), por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital de Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_\_/2025 e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, PROPÕE executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

**1. DO OBJETO:**

**1.1. Registro de preços para aquisição de insumos para curativos (coberturas especiais), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, conforme discriminado no ANEXO I que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe;**

**2. DO PRAZO E DA ENTREGA:**

2.1.O objeto deverá ser entregue de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência.

**3. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO:**

<u>Lote</u>	<u>Item</u>	<u>Quant.</u>	<u>Unid.</u>	<u>Descrição</u>	<u>Marca</u>	<u>Registro ANVISA</u>	<u>Preço Unitário Máximo Admitido (R\$)</u>	<u>Preço Total do Lote Máximo Admitido (R\$)</u>	<u>Tratamento Micro e Pequena Empresa ou Ampla Participação</u>
01	01	500	Und	Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, composto de alginato de cálcio e sódio, carboximetilcelulose-sódica, Propilenoglicol, Ácido bórico, Idantoina, Sorbato de potássio e Trietanolamina. Em			86,00	43.000,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

				excipiente aquoso, transparente e viscoso. Com tampa flip top. Tubo com 85 gramas.					
02	01	800	Und	Curativo primário, estéril, não aderente, macio em forma de placa, altamente absorvente composto por duas camadas de hidrofibra 100% carboximetilcelulose sódica, EDTA e Cloreto de Benzetônio (BEC), costuradas com fibra celulósica regenerada, altamente resistente. Deve conter no mínimo 1,2 % de prata iônica que não dispensa no leito da ferida. Tamanho 10 x 10 cm			79,50	63.600,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>
03	01	400	Und	Curativo primário, estéril, não aderente, macio em forma de placa, altamente absorvente composto por duas camadas de hidrofibra 100% carboximetilcelulose sódica, EDTA e Cloreto de Benzetônio (BEC), costuradas com fibra celulósica regenerada, altamente resistente. Deve conter no mínimo 1,2 % de prata iônica que não dispensa no leito da ferida. Tamanho 15 x 15 cm			120,00	48.000,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>
04	01	800	und	Curativo estéril, de espuma, multicamadas, composto também por uma camada de fibras de undcarboximetilcelulose sódica (sem adição de outras fibras) que ajudam a manter um microclima ideal na pele em risco, absorvendo e bloqueando o excesso de umidade com adesivo de silicone			58,40	46.720,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

				perfurado em contato com a pele. Tamanho 10x10 cm.					
05	01	2000	Und	Creme para cicatrização profunda para hidratação, contendo vitamina A nanoencapsulada, vitamina E nanoencapsulada, triglicerídeos dos ácidos caprílico/caprico. Alantoína. D-pantenol e aloe vera, para atuar na manutenção do equilíbrio hídrico da pele, na prevenção de afecções cutâneas contendo em sua formulação, hipoalergênico, em embalagem flexível. Embalagem de 100g			156,80	313.600,00	<b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>
06	01	800	Und	Curativo primário, estéril, flexível, com remoção atraumática, não oclusivo, recortável, constituído por uma malha de poliéster com extensibilidade longitudinal, impregnada com Matriz Cicatrizante TLC (Tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica e carboximetilcelulose) com gelificação sustentada. Tamanhos 10x10cm.			93,00	74.400,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>
07	01	400	Und	Curativo de espuma de poliuretano impregnada com Matriz Cicatrizante TLC (tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica e carboximetilcelulose), camada superabsorvente, camada de não tecido, filme de poliuretano com borda de silicone semipermeável. Tamanhos 10x10cm.			112,00	44.800,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

08	01	800	Und	Curativo primário, estéril, não aderente, não oclusivo, constituído por uma rede textil 100% de poliéster impregnada com Matriz Cicatrizante TLC-Ag (tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica, carboximetilcelulose e sais de prata). Tamanhos 10x10.			141,80	113.440,00	<b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>
09	01	300	Und	Curativo primário estéril, flexível e adaptável, não aderente, não oclusivo, composto por uma rede têxtil 100% de poliéster impregnada com matriz cicatrizante TLC-NOSF (tecnologia Lípido Colóide) composta por matriz lipofílica, carboximetilcelulose e octassulfato de sacarose). Tamanhos 10x10.			255,00	76.500,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>
10	01	800	und	Curativo de hidrocolóide semitransparente, absorvente, hipoalergênico, estéril por radiação gama, composto. Por uma camada interna autoadesiva contendo hidrocolóide (carboximetilcelulose sódica), poliisobutileno, conservantes e uma camada externa de filme de poliuretano. Possui dois liners de papel siliconizado que formam abas e permitem a aplicação asséptica do curativo, embalado individualmente em envelope PET/papel cirúrgico no tamanho. 10x10 cm Registrado na ANVISA como correlato classe de risco III. Certificado BPF&C.			35,20	28.160,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>
11	01	600	Und	Bandagem inelástica impregnada com pasta contendo óxido de zinco, glicerol, óleo de rícino, água deionizada e goma acácia, embalada individualmente em			55,60	33.360,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

				envelope PET/PE leitoso, registro na ANVISA como correlato classe de risco III (produtos destinados a ser usados principalmente em feridas que tenham produzido ruptura da derme e que somente podem cicatrizar por segunda intenção), medindo 7,6 cm x 9,14 m.					
12	01	200	Und	Filme Transparente em Rolo, consiste em um filme de poliuretano não estéril, coberto por um adesivo hipoalergênico transparente com planimetria. O produto é permeável a vapores, permitindo trocas gasosas, e é impermeável a água, bactérias e vírus, atuando como barreira de proteção para a pele. Pode ser recortado do tamanho necessário. Apresentar laudo de barreira bacteriana e virral. Registro na ANVISA como correlato classe II. Apresentação em rolos de 10cm x 10m.			202,16	40.432,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>
13	01	500	Und	Gaze Antimicrobiana é um curativo de gaze tecida 100% algodão, de alta absorção, com trama larga, impregnado com PHMB (polihexametileno de biguanida) na concentração mínima de 0.2%, sendo um agente antimicrobiano que evita a contaminação do leito da ferida e combate infecções já instaladas. Possui um amplo espectro de ação contra micro-organismos Gram positivos e negativos, fungos e leveduras. Além disso, limita a contaminação cruzada de paciente para paciente, paciente para médico e paciente			72,00	36.000,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

				para o meio ambiente. Apresentação 10x10 cm (5 unidades)					
14	01	500	und	Gel para descontaminação de feridas, composto por: água purificada, 0,1% de polihexametilbiguanida (PHMB), composto de betaína, hidroxietilcelulose, EDTA, Imidazolidinil uréia e propilenoglicol. Combate e previne a infecção, faz a descontaminação da lesão e mantém o meio úmido. Apresentações de 100mL.			116,00	58.000,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>
15	01	500	und	Solução aquosa, incolor e límpida, destinada à limpeza e descontaminação de todos os tipos de feridas inclusive as lesões de difícil acesso (cavitárias e fissuras), além de oferecer hidratação adequada ao leito. O produto atua na prevenção e tratamento de todos os tipos de feridas inclusive das criticamente colonizadas, infeccionadas e com biofilme. O produto é composto por 0,1% de PHMB (polihexametilbiguanida), 0,1% de EDTA dissódico, água, glicerina e 0,1% de betaína (cocoamidopropilbetaína). Embalagem composta por frasco de polietileno com indicador de volumetria lateral e batoque gotejador que permite aplicação em jato. Apresentação 350 ml.			112,90	56.450,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>
16	01	300	und	Creme com formação de barreira de longa duração que protege a pele contra ação de agentes externos como exsudatos, dermatite associados à incontinência (DAI) e uso de curativos e sintomas relacionados por no mínimo 56 horas.			166,32	49.896,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

				<p>Produto deve auxiliar na manutenção do pH da pele, promover longa hidratação e condicionamento da pele. Deve ser resistente a no mínimo 5 procedimentos de higienização, não sendo necessário a aplicação frequente. Comprovação de testes dermatológicos e hipoalergênico, sem fragrância e com rápida absorção. Seguro para uso em crianças e bebês, possuir efeito “no transfer” comprovado por laudos e não ocluir os poros; com dimeticona, não possuir parabens, citotoxicidade ou óleos. Compatível com clorexidina. Embalagem em Bisnaga de 92g. Deverão constar na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde. Apresentar Autorização de Funcionamento conforme Lei 6360/76</p>					
17	01	500	und	<p>Película protetora sem ardor, transparente, a base de silicone, tripla camada com dimeticona, resistente, capaz de proteger ao contato com o exsudato, adesivos e de fluidos corporais. Garanta a proteção da pele mesmo ao redor de ostomias, fístulas, fluídos orgânicos, efluentes e exsudato de feridas. Produto deverá evitar a maceração e irritação causados por incontinência urinária, fecal, cânulas de intubação, traqueostomias, jejunostomia e prevenir lesões causadas pelo uso de</p>			106,50	53.250,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

				adesivos. Além de ser utilizado para o tratamento de abrasões, escoriações e fissuras em locais de difícil acesso. Produto deverá atuar como barreira de longa duração por até 72 horas. Comprovação de testes dermatológicos e hipoalergênicos; seguro para uso em crianças e bebês, não transferir para fraldas comprovado por laudos, permitir a respiração da pele e não ocluir os poros. Produto não deve possuir citotoxicidade. Deverá ser classificado como Não irritante e não sensibilizante. Conter proteção UVA, UVB. Embalagem com 30 ml spray. Rendimento mínimo de 220 aplicações. Deverão constar na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde.					
18	01	500	und	Removedor de esparadrapo, resíduos de cola e curativos do tipo filme sem dor. Isento de álcool. Contém emolientes para hidratar a pele após retirada do resíduo da cola, criando uma barreira de proteção na mesma. Apresentar laudo de irritabilidade primária, acumulada e sensibilização cutânea (HRIPT) estudo dermatológico em pediatria. Apresentar Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), conforme RDC 16 de 01/04/2014, certificado de Boas Práticas de Fabricação para Cosméticos, conforme RDC 48 de			31,80	15.900,00	<b>EXCLUSIVO LC 123/06</b>

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

				25/10/2013 e Notificação na ANVISA, conforme RDC 7 de 11/02/2015. Apresentação: frasco spray com 30 mL.					
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

**Observações:**

- a. Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BNC e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.
- b. As marcas eventualmente citadas neste anexo deverão ser consideradas apenas como parâmetro. Devendo os licitantes apresentar as marcas dos itens que se propõem a entregar, observadas as exigências mínimas constantes do presente anexo e, **QUANDO APLICÁVEL, O NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA/MS.**
- c. A existência de preços registrados não obriga a contratante à(s) aquisição(s) que deles poderão advir, as quais somente serão efetivadas mediante a emissão de Ordem(s) de Fornecimento(s) respectiva(s).
- d. Os materiais acima deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e dentro das especificações solicitadas.
- e. Os materiais deverão ser entregues na Central Geral de Abastecimento, situada na Rua 2, Lote 1, Quadra E-1, Loteamento Casal Garcia II, Campo Alegre, Itatiaia/RJ, no horário das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais, estaduais e municipais, com a devida ciência do responsável, no prazo de até **10 (dez) dias corridos** após o recebimento da solicitação de entrega;
- f. Na data da entrega os materiais deverão apresentar validade igual ou superior a 80% do seu período total de validade;
- g. A validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão;
- h. O preço proposto contempla todas as despesas que o compõem, tais como de embalagem, frete, bem como todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.).

\_\_\_\_\_  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante Legal)



Folha n°	P M I
PROCESSO N°	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025  
ANEXO III**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_/2025**

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade \_\_\_\_\_, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

\_\_\_\_\_  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Nome completo e assinatura do (s) representante (s)  
legal da empresa)

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO CONSOLIDADA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_/2025**

Nome completo do representante legal: \_\_\_\_\_ RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_, licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), CNPJ: \_\_\_\_\_ interessado em participar do Pregão Eletrônico n.º \_\_\_/2025, sob as penas da lei firmo o seguinte:

**1 - DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO FUNCIONAL SERVIDOR PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA**

DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório e legislação vigente e que:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 3 deste Edital;
- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º - C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º - D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.
- e) Atesto que a Empresa Licitante não possui em seu quadro societário servidor público da Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ.
- f) Atesto que a Empresa Licitante não possui em seu quadro funcional servidor público da Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ.
- g) Atesto, sob as penalidades cabíveis, que não possuímos em nosso quadro societário e nem participam dos nossos quadros funcionais, profissional que tenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21.

**2 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**3 - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS**

DECLARO o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021

**4 - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

DECLARO que não se encontra em processo de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, e que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**5 - DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

DECLARO, sob pena de desclassificação, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes.

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025  
ANEXO V**

**DECLARAÇÃO ASSINADA POR PROFISSIONAL HABILITADO DA ÁREA CONTÁBIL  
QUE ATESTE O ATENDIMENTO, PELO LICITANTE, DOS ÍNDICES ECONÔMICOS  
PREVISTOS NESTE EDITAL**

Nome completo: \_\_\_\_\_ RG nº: \_\_\_\_\_ CPF  
nº: \_\_\_\_\_ CRC nº \_\_\_\_\_ DECLARO, sob as penas da Lei, que o  
licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar do  
Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025, atende os índices econômicos previstos neste edital.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura profissional da área contábil)

CRC Nº

**OBS: Esta declaração poderá ser substituída pelos índices econômicos do balanço patrimonial, devidamente assinados pelo Contador.**

Folha n°	P M I
PROCESSO N°	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

Processo Administrativo n.º 3.783/2025

**ANEXO VI**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º /2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º /2024**

O Município de Itatiaia, Pessoa Jurídica de Direito Interno Público, inscrito no CNPJ - MF 31.846.892/0001-70, situado à Praça Mariana Rocha Leão, n.º 20, Centro, Itatiaia/RJ, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ residente e domiciliado \_\_\_\_\_, denominado simplesmente Contratante de um lado, e do outro, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ (endereço), na pessoa de seu (sua) representante legal, Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, na qualidade de Contratada, celebram este instrumento conforme **Processo Administrativo n.º 3.783/2025**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar a presente Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**1. DO OBJETO:**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é **registro de preços para aquisição de insumos para curativos (coberturas especiais), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme itens a seguir:

<u>Lote</u>	<u>Item</u>	<u>Quant.</u>	<u>Unid.</u>	<u>Descrição</u>	<u>Marca</u>	<u>Preço Unitário Máximo Admitido (R\$)</u>	<u>Preço Total do Lote Máximo Admitido (R\$)</u>
01	01	500	Und	Gel hidratante e absorvente para feridas, não estéril, composto de alginato de cálcio e sódio, carboximetilcelulose-sódica, Propilenoglicol, Ácido bórico, Idantoina, Sorbato de potássio e Trietanolamina. E m excipiente aquoso, transparente e viscoso. Com tampa flip top. Tubo com 85 gramas.			

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

02	01	800	Und	Curativo primário, estéril, não aderente, macio em forma de placa, altamente absorvente composto por duas camadas de hidrofibra 100% carboximetilcelulose sódica, EDTA e Cloreto de Benzetônio (BEC), costuradas com fibra celulósica regenerada, altamente resistente. Deve conter no mínimo 1,2 % de prata iônica que não dispensa no leito da ferida. Tamanho 10 x 10 cm			
03	01	400	Und	Curativo primário, estéril, não aderente, macio em forma de placa, altamente absorvente composto por duas camadas de hidrofibra 100% carboximetilcelulose sódica, EDTA e Cloreto de Benzetônio (BEC), costuradas com fibra celulósica regenerada, altamente resistente. Deve conter no mínimo 1,2 % de prata iônica que não dispensa no leito da ferida. Tamanho 15 x 15 cm			
04	01	800	und	Curativo estéril, de espuma, multicamadas, composto também por uma camada de fibras de undcarboximetilcelulose sódica (sem adição de outras fibras) que ajudam a manter um microclima ideal na pele em risco, absorvendo e bloqueando o excesso de umidade com adesivo de silicone perfurado em contato com a pele. Tamanho 10x10 cm.			
05	01	2000	Und	Creme para cicatrização profunda para hidratação, contendo vitamina A nanoencapsulada, vitamina E nanoencapsulada, triglicerídeos dos ácidos caprílico/caprico. Alantoína. D-pantenol e aloe vera, para atuar na manutenção do equilíbrio hídrico da pele, na prevenção de afecções cutâneas contendo em sua formulação, hipoalergênico, em embalagem flexível. Embalagem de 100g			
06	01	800	Und	Curativo primário, estéril, flexível, com remoção atraumática, não oclusivo, recortável, constituído por uma malha de poliéster com extensibilidade longitudinal, impregnada com Matriz Cicatrizante TLC (Tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica e carboximetilcelulose) com gelificação sustentada. Tamanhos 10x10cm.			
07	01	400	Und	Curativo de espuma de poliuretano impregnada com Matriz Cicatrizante TLC (tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica e carboximetilcelulose), camada superabsorvente, camada de não tecido, filme de poliuretano com borda de silicone semipermeável. Tamanhos 10x10cm.			

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

08	01	800	Und	Curativo primário, estéril, não aderente, não oclusivo, constituído por uma rede textil 100% de poliéster impregnada com Matriz Cicatrizante TLC-Ag (tecnologia Lípido Coloide, composta por matriz lipofílica, carboximetilcelulose e sais de prata). Tamanhos 10x10.			
09	01	300	Und	Curativo primário estéril, flexível e adaptável, não aderente, não oclusivo, composto por uma rede têxtil 100% de poliéster impregnada com matriz cicatrizante TLC-NOSF (tecnologia Lípido Colóide) composta por matriz lipofílica, carboximetilcelulose e octassulfato de sacarose). Tamanhos 10x10.			
10	01	800	und	Curativo de hidrocolóide semitransparente, absorvente, hipoalergênico, estéril por radiação gama, composto. Por uma camada interna autoadesiva contendo hidrocolóide (carboximetilcelulose sódica), poliisobutileno, conservantes e uma camada externa de filme de poliuretano. Possui dois liners de papel siliconizado que formam abas e permitem a aplicação asséptica do curativo, embalado individualmente em envelope PET/papel cirúrgico no tamanho. 10x10 cm Registrado na ANVISA como correlato classe de risco III. Certificado BPF&C.			
11	01	600	Und	Bandagem inelástica impregnada com pasta contendo óxido de zinco, glicerol, óleo de ricino, água deionizada e goma acácia, embalada individualmente em envelope PET/PE leitoso, registro na ANVISA como correlato classe de risco III (produtos destinados a ser usados principalmente em feridas que tenham produzido ruptura da derme e que somente podem cicatrizar por segunda intenção), medindo 7,6 cm x 9,14 m.			
12	01	200	Und	Filme Transparente em Rolo, consiste em um filme de poliuretano não estéril, coberto por um adesivo hipoalergênico transparente com planimetria. O produto é permeável a vapores, permitindo trocas gasosas, e é impermeável a água, bactérias e vírus, atuando como barreira de proteção para a pele. Pode ser recortado do tamanho necessário. Apresentar laudo de barreira bacteriana e viral. Registro na ANVISA como correlato classe II. Apresentação em rolos de 10cm x 10m.			
13	01	500	Und	Gaze Antimicrobiana é um curativo de gaze tecida 100% algodão, de alta absorção, com trama larga, impregnado com PHMB (polihexametileno de biguanida) na concentração mínima de 0.2%, sendo um agente antimicrobiano que evita a contaminação do leito da ferida e combate infecções já instaladas. Possui um amplo espectro de ação contra micro-			

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

				organismos Gram positivos e negativos, fungos e leveduras. Além disso, limita a contaminação cruzada de paciente para paciente, paciente para médico e paciente para o meio ambiente. Apresentação 10x10 cm (5 unidades)			
14	01	500	und	Gel para descontaminação de feridas, composto por: água purificada, 0,1% de polihexametilbiguanida (PHMB), composto de betaína, hidroxietilcelulose, EDTA, Imidazolidinil uréia e propilenoglicol. Combate e previne a infecção, faz a descontaminação da lesão e mantém o meio úmido. Apresentações de 100mL.			
15	01	500	und	Solução aquosa, incolor e límpida, destinada à limpeza e descontaminação de todos os tipos de feridas inclusive as lesões de difícil acesso (cavitárias e fissuras), além de oferecer hidratação adequada ao leito. O produto atua na prevenção e tratamento de todos os tipos de feridas inclusive das criticamente colonizadas, infeccionadas e com biofilme. O produto é composto por 0,1% de PHMB (polihexametilbiguanida), 0,1% de EDTA dissódico, água, glicerina e 0,1% de betaína (cocoamidopropilbetaína). Embalagem composta por frasco de polietileno com indicador de volumetria lateral e batoque gotejador que permite aplicação em jato. Apresentação 350 ml.			
16	01	300	und	Creme com formação de barreira de longa duração que protege a pele contra ação de agentes externos como exsudatos, dermatite associados à incontinência (DAI) e uso de curativos e sintomas relacionados por no mínimo 56 horas. Produto deve auxiliar na manutenção do pH da pele, promover longa hidratação e condicionamento da pele. Deve ser resistente a no mínimo 5 procedimentos de higienização, não sendo necessário a aplicação frequente. Comprovação de testes dermatológicos e hipoalergênico, sem fragrância e com rápida absorção. Seguro para uso em crianças e bebês, possuir efeito “no transfer” comprovado por laudos e não ocluir os poros; com dimeticona, não possuir parabenos, citotoxicidade ou óleos. Compatível com clorexidina. Embalagem em Bisnaga de 92g. Deverão constar na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação			

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

				Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde. Apresentar Autorização de Funcionamento conforme Lei 6360/76			
17	01	500	und	Película protetora sem ardor, transparente, a base de silicone, tripla camada com dimeticona, resistente, capaz de proteger ao contato com o exsudato, adesivos e de fluidos corporais. Garanta a proteção da pele mesmo ao redor de ostomias, fístulas, fluidos orgânicos, efluentes e exsudato de feridas. Produto deverá evitar a maceração e irritação causados por incontinência urinária, fecal, cânulas de intubação, traqueostomias, jejunostomia e prevenir lesões causadas pelo uso de adesivos. Além de ser utilizado para o tratamento de abrasões, escoriações e fissuras em locais de difícil acesso. Produto deverá atuar como barreira de longa duração por até 72 horas. Comprovação de testes dermatológicos e hipoalergênicos; seguro para uso em crianças e bebês, não transferir para fraldas comprovado por laudos, permitir a respiração da pele e não ocluir os poros. Produto não deve possuir citotoxicidade. Deverá ser classificado como Não irritante e não sensibilizante. Conter proteção UVA, UVB. Embalagem com 30 ml spray. Rendimento mínimo de 220 aplicações. Deverão constar na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde.			
18	01	500	und	Removedor de esparadrapo, resíduos de cola e curativos do tipo filme sem dor. Isento de álcool. Contém emolientes para hidratar a pele após retirada do resíduo da cola, criando uma barreira de proteção na mesma. Apresentar laudo de irritabilidade primária, acumulada e sensibilização cutânea (HRIPT) estudo dermatológico em pediatria. Apresentar Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), conforme RDC 16 de 01/04/2014, certificado de Boas Práticas de Fabricação para Cosméticos, conforme RDC 48 de 25/10/2013 e Notificação na ANVISA, conforme RDC 7 de 11/02/2015. Apresentação: frasco spray com 30 mL.			

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**1.2.** O objeto deste instrumento deverá estar de acordo com as condições e características contidas no processo licitatório, Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2025, com a proposta da fornecedora, com as Leis Federais nº 14.133/2021, e com as cláusulas desta ata, bem como as demais leis pertinentes.

**1.3.** Após assinar a Ata de Registro de Preço, a licitante detentora deverá manter sua condição de habilitação e proposta durante o período de vigência da mesma.

**1.4.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**2. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DO CADASTRO RESERVA E DA ADESÃO:**

**2.1.** A ata de registro de preços, e conseqüentemente o preço nela registrado, terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**2.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

**2.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto, deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**2.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.1.** O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**2.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.4.** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**2.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital de Licitação e se obrigar nos limites dela.

**2.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

**2.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

**2.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.

**2.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**2.5.** O registro a que se refere o Cadastro Reserva anexo a esta Ata, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**2.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**2.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**2.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação; e

**2.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e/ou nesta Ata.

**2.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**2.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**2.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**2.10.** A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e será disponibilizada no portal da PMI e PNCP.

**2.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**2.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos edital de licitação, poderá:

**2.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**2.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**2.13.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**2.13.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**2.13.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**2.13.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**2.14.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

### **Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

- 2.14.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 2.15.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 2.16.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 2.17.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
- 2.18.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 2.19.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 2.20.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 2.19.
- 2.21.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 2.19, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.22.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### **3. DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO:**

- 3.1.** A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá executar o objeto contratado obedecendo às especificações discriminadas no **Anexo I - Termo de Referência**, de acordo com a solicitação das Secretarias ordenadoras da despesa.
- 3.2.** Verificada a não conformidade das características do produto, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias, no prazo de até **05 (cinco) dias** conforme especificado no Anexo I, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.
- 3.3.** Os responsáveis pelo recebimento efetuarão vistoria no ato de entrega e avaliarão as condições dos produtos. Caso estas condições não sejam satisfatórias, ou em desacordo com as especificações contidas no Anexo I do Edital, a remessa poderá ser devolvida ou recusada, devendo ser substituída por outra, independente da aplicação das penalidades previstas.
- 3.4.** Corre por conta da Detentora, qualquer prejuízo causado ao produto em decorrência do transporte.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**4. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:**

**4.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**4.1.1.** A Contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas no edital e seus anexos, bem como as estabelecidas em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e despesas decorrentes da execução adequada do objeto.

**4.1.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme as especificações, prazo e local definidos no Termo de Referência, acompanhado da nota fiscal, na qual deverão constar as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

**4.1.3.** Os dados constantes na identificação da embalagem de transporte no que se refere a lote, data de validade e fabricação, nome do produto, quantitativo, etc., deverão corresponder ao conteúdo.

**4.1.4.** Comunicar à Contratante no prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitam o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**4.1.5.** Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**4.1.6.** Realizar o transporte do material conforme as exigências para os produtos, devidamente protegidos.

**4.1.7.** Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

**4.1.8.** Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

**4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA:**

**4.2.1.** Receber o material no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

**4.2.2.** Verificar minuciosamente, dentro do prazo estipulado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**4.2.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja providenciada sua substituição.

**4.2.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidores especialmente designado.

**4.2.5.** Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta.

**4.2.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor.

**4.2.7.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**4.2.8.** Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

**5. DOS PREÇOS E DOS REAJUSTES:**

**5.1.** O preço para o fornecimento do produto é o constante da cláusula primeira, entendido como justo e suficiente para a total execução do objeto, incluindo-se todos e quaisquer materiais, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

### **Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**5.2.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Pregoeiro promover as negociações junto aos fornecedores.

**5.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o pregoeiro poderá:

**5.3.1.** liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

**5.3.2.** convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

## **6. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**6.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o fornecedor será convocado para negociar a redução do preço registrado.

**6.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, os fornecedores do cadastro reserva serão convocados, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado. Não serão convocados os licitantes ou fornecedores cujo registro tenha sido cancelado.

**6.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, será procedido o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.2.** Caso o preço de mercado se torne superior ao preço registrado e o fornecedor não possa cumprir as obrigações da ata, será facultado que ele requeira a alteração do preço, desde que comprove fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

**6.2.1.** Nesse caso, o fornecedor deverá enviar, junto com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que evidencie a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente acordadas.

**6.2.2.** Caso não seja comprovada a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações da ata, sob pena de cancelamento do registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**6.2.3.** Em caso de cancelamento do registro do fornecedor, conforme o item anterior, os fornecedores do cadastro reserva serão convocados, na ordem de classificação, para confirmar se aceitam manter seus preços registrados.

**6.2.4.** Se as negociações não obtiverem êxito, a ata de registro de preços será cancelada, adotando-se as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.2.5.** Caso seja comprovada a majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, este será atualizado conforme os valores praticados no mercado.

## **7. DO CANCELAMENTO:**

**7.1.** O registro do fornecedor será cancelado quando o fornecedor:

**7.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

### **Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**7.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**7.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**7.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**7.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3, será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**7.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, os licitantes que compõem o cadastro de reserva, poderão ser convocados observada a ordem de classificação.

**7.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**7.4.1.** Por razão de interesse público;

**7.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**7.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **8. DAS PENALIDADES:**

**8.1.** Pelo atraso e inexecução total ou parcial desta Ata e/ou contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

### **8.1.1. ADVERTÊNCIA**

**8.1.1.1.** A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

### **8.1.2. MULTA**

**8.1.2.1.** Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

**8.1.2.2.** O inadimplemento total ou parcial do objeto sujeitará a contratada à multa de até 10% (dez por cento), aplicável sobre o valor da parcela não executada, sem prejuízo de outras sanções;

**8.1.2.3.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

### **Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**8.1.2.4.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

**8.1.2.5.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

**8.1.2.6.** Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

**8.1.2.7.** O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

### **8.1.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

**8.1.3.1.** Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura pelo prazo máximo de até 03 (três) anos, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

### **8.1.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**

**8.1.4.1.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito (a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração, facultada a defesa da contratada, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.

**8.1.5.** As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**8.1.6.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

**8.1.7.** Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

## **9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**9.1.** Conforme dispõe o art. 17º do Decreto nº 11.462/23, A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

**9.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **10. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**10.1.** Não haverá garantia contratual da execução.

## **11. DA FISCALIZAÇÃO:**

**11.1.** Para cumprimento do art. 117, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, o gerenciamento e a fiscalização da Ata serão atribuídos, respectivamente, aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, os quais serão nomeados por meio de Resolução a ser publicada no Boletim Oficial, e



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

que determinarão as medidas necessárias para a regularização de faltas e/ou defeitos. Na ausência ou impedimento destes, suas funções serão exercidas pelos respectivos substitutos.

**11.2.** Para fins de cumprimento do art. 118 da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA designa o Sr(a). \_\_\_\_\_ para desempenhar a função de **preposto** perante a CONTRATANTE.

**11.3.** A CONTRATADA estará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que poderá interferir a qualquer momento no andamento dos serviços, reservando-se o direito de recusar o recebimento dos materiais / serviços caso não atendam aos padrões técnicos especificados e exigidos pelo projeto.

**11.4.** A CONTRATADA é responsável pela qualidade dos materiais/serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, incluindo a realização de readequações sempre que forem detectadas impropriedades que possam comprometer o cumprimento do objeto ajustado.

**12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**12.1.** O vencimento da validade da Ata de Registro de Preço não cessa a obrigação da contratada de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.

**12.2.** Fazem parte integrante desta ata, independentemente

de transcrição, as condições estabelecidas no edital e as normas contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

**13 - DO FORO:**

**13.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Itatiaia, conforme o § 1º do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, para dirimir quaisquer dúvidas relativas a esta Ata de Registro de Preços. As partes, por estarem plenamente de acordo com suas cláusulas e condições, assinam o presente instrumento para que produza seus efeitos legais.

Itatiaia/ RJ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ITATIAIA/RJ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
<b>3.783/2025</b>	

**Processo Administrativo n.º 3.783/2025**

**APÊNDICE DO ANEXO VI**

**CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item, Lote, Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante), especificação, marca/modelo, unidade, quantidade, valor unitário, prazo de garantia ou validade (quando houver).

Item, Lote, Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante), especificação, marca/modelo, unidade, quantidade, valor unitário, prazo de garantia ou validade (quando houver).

Item, Lote, Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante), especificação, marca/modelo, unidade, quantidade, valor unitário, prazo de garantia ou validade (quando houver).